



ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Corrêa, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Centésima Décima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal. Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Caravina e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Trinta e Um da Centésima Décima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 21.96/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 0729/2024, da Caixa Econômica Federal; Processo nº 14022.083060/2024-91 do Ministério do Planejamento e Orçamento. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Pedro Kemp, Gleice Jane e Mara Caseiro. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 17/2024, de autoria do Poder Executivo; Projetos de Lei nºs 264, 272 a 274/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 244/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Tadeu Vilela Leal; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Sebastião Osmyr Fonseca de Assis; requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada às comunidades indígenas das etnias guarani, kaiowá e terena da Reserva Indígena de Dourados, em razão de sua luta legítima pelo acesso à água potável, destacada no recente protesto ocorrido na rodovia MS-156; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à solenidade de entrega do Prêmio Fundec Pesquisador Sul-Mato-Grossense 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao aluno Nathan Wandressen Lima da Silva, da Escola Municipal Pingo de Gente, do município de Nova Andradina, por seu desempenho no Concurso Estadual de Redação e Desenho (Cerd), promovido pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que contemplou alunos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à aluna Valentina Charnosque Yekert da Cunha, da Escola Municipal Luís Claudio Josué, do município de Nova Andradina, por seu desempenho no Concurso Estadual de Redação e Desenho (Cerd), promovido pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à aluna Alicy Carla dos Santos Silva, da Escola Municipal*



*Professora Efantina de Quadros, do município de Nova Andradina, por seu desempenho no Concurso Estadual de Redação e Desenho (Cerd), promovido pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à aluna Yasmin de Queiroz Matos, da Escola Municipal Machado de Assis, do município de Nova Andradina, por seu desempenho no Concurso Estadual de Redação e Desenho (Cerd), promovido pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à aluna Valentina Fernandes da Rosa, da Escola Municipal Machado de Assis, do município de Nova Andradina, por seu desempenho no Concurso Estadual de Redação e Desenho (Cerd), promovido pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao aluno Gabriel Henrique Silva Passarelo, da Escola Municipal Antônio Joaquim de Moura Andrade, do município de Nova Andradina, por seu desempenho no Concurso Estadual de Redação e Desenho (Cerd), promovido pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao aluno Carlos Eduardo Garcia Rodrigues, da Escola de Educação Especial “Raio de Sol” - Apae, do município de Nova Andradina, por seu desempenho no Concurso Estadual de Redação e Desenho (Cerd), promovido pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao atleta e treinador de corrida campo-grandense Jonathan Reis, que venceu a maior ultramaratona de praia do mundo - Ultramaratona Extremo Sul, ao percorrer duzentos e vinte e seis quilômetros em trinta e quatro horas, na Praia do Cassino, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul; requerimento de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, para a realização da Reunião Pública: Debate sobre a PEC 02/2024 (PEC da Fundect) - Impactos na Ciência, Tecnologia e Inovação; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Pedro Kemp, Gleice Jane, Antonio Vaz, Zeca do PT, Lia Nogueira, Caravina, Renato Câmara e Coronel David. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado Neno Razuk. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 10 de dezembro de 2024: Mensagem nº 85/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “altera a redação do Anexo V da Lei nº 4.488, de 3 de abril de 2014, nos termos que menciona” (Prot. nº 3995/2024); Ofício nº 1.767/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3189/2024); Ofício nº 737/2024, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Termo de Compromisso celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Caixa Econômica Federal (Prot. nº 3994/2024); Ofício nº 251/2024, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2475/2024); Carta nº 1.114/2024, da Energisa - Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp; e-mail da Caixa Econômica Federal, encaminhando Termo de Compromisso OGU MCidades nº 969310/2024 – Operação 1098507-92 – Ofício de Celebração ao Legislativo (Prot. nº 3985/2024); Ofício nº 15.177/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3217/2024); Ofício nº 3.916/2024, da



Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 2534/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, porém, eu gostaria de cumprimentar, aqui na Casa, o deputado Zeca do PT, parabenizando-o pelo título do Campeonato Brasileiro e o título da Copa Libertadores, desejando sucesso ao "Glorioso", que disputará o título mundial, representando o Brasil. Parabéns aos botafoguenses.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, aquele que em quinze dias conquistou, de forma indelével e indiscutível, o título de campeão brasileiro e campeão da América do Sul. Muitos me perguntaram, e agora informo e registro nesta Casa: os dois aviões fretados pelo Botafogo chegaram bem ao Catar, e amanhã nós teremos a terceira taça, agora como campeão mundial. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nossos sentimentos aos palmeirenses, mas, fazer o quê?... Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, tenho uma moção de congratulação à senhora ministra de estado de Planejamento e Orçamento do Brasil, Simone Tebet, e ao senhor prefeito de Amambai, Edinaldo Bandeira, pela aprovação do projeto do contorno viário do município de Amambai, com o financiamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Trata-se do primeiro projeto brasileiro a ser aprovado pelo Focem, deputado Zeca do PT: o contorno de Amambai, aprovado durante a reunião em que o presidente Lula participou no Uruguai. Este é o primeiro projeto em doze anos a ser aprovado pelo Focem, graças ao trabalho realizado pela ministra do Planejamento, pelo presidente da República e pelo prefeito de Amambai, com a contrapartida do estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo governador Eduardo Riedel. Moção de congratulação ao senhor Alexandrino Garcia, prefeito de Aral Moreira, pela conquista do município na categoria ouro do Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização, concedido pelo Ministério da Educação. Moção de congratulação ao governador Eduardo Corrêa Riedel e ao secretário de estado de Educação, Hélio Daher, pela conquista da categoria ouro no Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização, também concedido pelo Ministério da Educação. Moção de congratulação ao senhor Eduardo Folley Coelho, diretor-presidente do Grupo Rio da Prata - Lagoa Misteriosa, localizado nos municípios de Jardim e Bonito, em Mato Grosso do Sul, pela conquista do prêmio Eco Amcham 2024, na categoria Produtos e Serviços. Essa premiação reconhece iniciativas inovadoras no tema da sustentabilidade realizadas por empresas brasileiras. Quanto ao projeto de lei, senhor presidente, considero de suma importância, e peço o apoio dos nobres pares e das senhoras deputadas. O projeto dispõe sobre a instituição do Endereçamento Rural Digital, um endereçamento oficial do Estado de Mato Grosso do Sul que visa facilitar e ampliar o acesso da população rural aos serviços públicos essenciais,



além de outras providências. Com esse endereçamento rural, atingiremos todos os assentamentos, comunidades quilombolas, aldeias indígenas e propriedades rurais, sejam pequenas, médias ou grandes. Esse projeto será incorporado ao que criou a Segurança Rural, uma proposta sugerida por nós ao então governador Reinaldo Azambuja, e que o governador Eduardo Riedel implementou com sucesso, estabelecendo a Patrulha Rural, que hoje conta com o respeito da população de Mato Grosso do Sul. São essas as indicações de hoje, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar aqui duas moções de pesar. A primeira é endereçada aos familiares de Maria Lucila Régis, em razão de seu falecimento ocorrido no dia 8 de dezembro de 2024, em Campo Grande. Maria Lucila foi uma pioneira na região colonial de Dourados. Sozinha, criou e formou seus seis filhos, sendo um símbolo de força e resistência, servindo de inspiração a todos que a conheceram. Esta Casa de Leis expressa sua solidariedade aos amigos e familiares, especialmente aos seus filhos: Genaro Régis, Eliseu Régis, Jairo Régis, Marilena Régis, Ieda Régis e Maria Dalvanir Régis. A segunda moção de pesar é dirigida aos familiares de João Francisco Chacaroski, em razão de seu falecimento ocorrido no dia 9 de dezembro de 2024. Esta Casa de Leis expressa sua solidariedade aos amigos e familiares de João Francisco, especialmente à sua esposa, senhora Enedina Chacaroski, e às suas filhas, Dicelma Valéria e Carla Chacaroski. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de fazer um registro nesta Sessão: hoje, dia 10 de dezembro, é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Por que essa data? Porque, em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas, recém-criada na época, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa foi uma carta extremamente importante que a humanidade escreveu e aprovou para que nunca mais ocorresse o que aconteceu anos antes, durante o Holocausto, na Segunda Guerra Mundial, quando milhões de pessoas foram mortas nas câmaras de gás nos campos de concentração. Após esse trágico episódio, em que milhões de judeus, mas também ciganos, homossexuais e outros grupos perderam suas vidas, a humanidade decidiu criar a ONU para ser a guardiã da paz mundial. Infelizmente, a ONU anda enfraquecida e não tem conseguido mediar os conflitos. Atualmente, temos guerras acontecendo em várias partes do mundo. Muitas pessoas acreditam que só existem conflitos na Ucrânia e na Faixa de Gaza, mas, ao consultar informações recentes, constatei que há mais de cinquenta conflitos armados em andamento ao redor do globo. Apesar de suas dificuldades, a ONU nasceu após a Segunda Guerra Mundial e, com ela, veio a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948. Hoje, celebramos os setenta e seis anos dessa carta fundamental, que deve nos inspirar a defender os direitos de todas as pessoas, independentemente de cor, raça, religião, orientação sexual ou posição política. Todos têm direitos, e esses direitos devem ser resguardados para que a dignidade humana seja preservada. Fica aqui, portanto, o registro do dia 10 de dezembro, comemorando os setenta e seis anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Obrigado, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV Alems e Rádio Alems. Senhor presidente, trago hoje uma indicação — atendendo a um pedido do vereador Branco, de Dois Irmãos do Buriti, após ouvido o colendo Plenário — para que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando providências no sentido de realizar a modernização e ampliação da rede de energia elétrica no município de Dois Irmãos do Buriti. O objetivo é solucionar as frequentes quedas de energia que afetam toda a cidade e impactam negativamente o cotidiano dos moradores. A rede atual encontra-se antiga e sobrecarregada. Este é um pedido do vereador Branco, mas reflete as necessidades da população de Dois Irmãos do Buriti, que tem reclamado constantemente das quedas de energia, gerando transtornos não apenas para a população em geral, mas, principalmente, para os comerciantes, que sofrem perdas de mercadorias devido à oscilação elétrica. Portanto, faço esta indicação para que a Energisa possa realizar um estudo e um trabalho efetivo para solucionar esse problema. Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero agradecer ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública pelo pronunciamento que fizeram — salvo engano, na sexta-feira —, confirmando o concurso da Polícia Civil. A aprovação desse concurso deverá ser anunciada, com o edital liberado no primeiro semestre do ano que vem, mais precisamente no mês de março. Agora, resta apenas a Secretaria de Estado de administração (SAD) concluir os trabalhos para que o edital seja publicado com quatrocentas vagas, sendo trezentas para investigadores e cem para escrivães. O concurso é uma necessidade imperiosa e urgente, especialmente para a lotação de policiais no interior do estado e na região de fronteira. Essa demanda tem sido reiterada pela Delegacia-Geral, devido à grande necessidade de reforço no efetivo. Deputado Paulo Corrêa, o governador compreendeu a importância dessa questão, já anunciou e autorizou o concurso público para o próximo ano. Quero, portanto, agradecer a sensibilidade do governador e destacar que os policiais civis aguardam ansiosamente por esse concurso. O volume de trabalho está sobrecarregando os policiais, e sabemos que, nessas condições, acabamos perdendo profissionais que se afastam. O prejuízo, no final, recai sobre a sociedade, que perde a atuação essencial da Polícia Civil. Era só isso, senhor presidente.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Aproveitando a fala do deputado delegado Caravina e respeitando os representantes desta Casa de Leis na área da Segurança Pública: os deputados Coronel David e Caravina, eu gostaria de destacar uma questão importante: ontem estive com o delegado-geral da Polícia Civil, e falei com o Carlinhos também, sobre um ponto que merece atenção. Não me refiro a este concurso em andamento, até porque há uma urgência



premente de novos quadros; mas seria interessante trabalhar, para o próximo concurso, a possibilidade de regionalizar as seleções ou discutir a implementação de um auxílio-fronteira. Atualmente, vemos que, após o concurso, muitos candidatos chegam a algumas cidades, inclusive à minha, já manifestando interesse em retornar a outros locais. Isso agrava a deficiência de efetivo em regiões de fronteira, como apontado pelo secretário de Segurança. Então, para este concurso em específico, não há mais tempo para mudanças, mas por que não planejar concursos regionalizados no futuro, como ocorre em outros estados? Assim, o candidato prestaria o concurso para aquela cidade específica. Outra solução seria implementar um adicional de fronteira para aqueles que atuam nessas localidades, incentivando a permanência. Essa é uma questão recorrente há muitos anos. Em pouco tempo, grande parte dos profissionais aprovados e lotados em cidades de fronteira acaba se transferindo para outras regiões, perpetuando a deficiência nessas localidades. Deixo aqui essa sugestão aos representantes da segurança pública nesta Casa. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas e todos os presentes a esta sessão, venho apenas apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, com cópia ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, solicitando o recapeamento e a melhoria das rodovias MS-240 e MS-377, além de um estudo de viabilidade técnica para a implantação de uma terceira faixa no trecho entre os municípios de Paranaíba e Inocência, e entre Inocência e Água Clara. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Trago aqui duas indicações. A primeira é direcionada à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja realizado o asfaltamento da rua Purus e das ruas adjacentes, no Jardim Columbia, nesta capital. Esse pedido foi feito diretamente ao nosso gabinete pelo senhor Hélio Cristian Castro. A segunda indicação é destinada à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, para que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a implantação de sinalização semaforizada com faixa de pedestre, bem como redutor de velocidade na BR-060, nas imediações do KM 215, em frente ao Centro de Educação Profissional Márcio Elias Nery, Vila Industrial, no município de Camapuã. Esse pedido foi feito pelo senhor Rudson Xavier. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes. O deputado Marcio Fernandes está na Secretaria de Estado de Educação. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, senhor presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha na sessão de hoje, tanto pela TV Alems e pela Rádio Alems. Senhor presidente, trago hoje uma indicação bastante pertinente, endereçada ao governador Eduardo Riedel e ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul. A solicitação refere-se à reforma da Unidade Regional de Perícia e Identificação de Dourados, bem como ao aumento do número de servidores dedicados à emissão de Registros Gerais (RGs). Essa unidade é essencial para a prestação de serviços de identificação civil, atendendo Dourados e também regiões adjacentes. Contudo, as instalações da unidade encontram-se deterioradas, com problemas estruturais que comprometem a qualidade do atendimento. A falta de condições adequadas impacta diretamente a eficiência e agilidade dos serviços, gerando desconforto tanto para os servidores quanto para os cidadãos que necessitam desse local. Apresentamos essa indicação lembrando que o pedido chegou a nós e também ao deputado Zé Teixeira, por meio do vereador Márcio Pudim, do PSDB de Dourados. É, portanto, uma demanda extremamente oportuna e necessária. Trago aqui outra indicação, destinada ao senhor Silvio Serafim Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos; ao senhor Tomé Barros Monteiro França, secretário nacional de Aviação Civil; ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel; e ao senhor Alan Guedes, prefeito de Dourados. Solicito, presidente, a retomada urgente da construção do Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Dourados. Sabemos que essa é uma necessidade urgente para a região de Dourados, que é a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, e para toda a macrorregião que depende desse aeroporto. O fato de o aeroporto estar fechado há anos representa um retrocesso significativo. Isso impacta não apenas a comodidade, segurança e conforto da população, mas, sobretudo, o desenvolvimento regional, que é crucial para aquela área. O Aeroporto Regional de Dourados é uma infraestrutura de grande relevância para o desenvolvimento econômico e social da região sul do estado. A paralisação das obras do terminal tem gerado transtornos significativos, limitando a capacidade do aeroporto de atender à crescente demanda por serviços aeroportuários. A conclusão desse terminal é fundamental para oferecer maior conforto, segurança e eficiência aos usuários. Vale destacar que Dourados já contou com voos diretos para São Paulo, o que facilitava enormemente o agronegócio, a agroindústria e outros segmentos da economia que dependem do aeroporto, especialmente em eventos de grande porte registrados na região sul do estado. Essa região é uma das maiores produtoras de grãos e carne bovina de Mato Grosso do Sul. Portanto, precisamos acelerar e agilizar essa obra. É inadmissível que uma cidade do porte de Dourados não tenha um aeroporto funcional que atenda às necessidades da população e da economia regional. A demanda está reprimida, e é urgente concluir o Terminal de Passageiros para liberar o Aeroporto Regional de Dourados e permitir que a cidade retome seu papel como polo de desenvolvimento regional para Mato Grosso do Sul. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, amigos, cumprimento todos aqueles que nos prestigiam com sua presença e aqueles que nos assistem via TV Alems, assim como cumprimento toda a imprensa aqui presente. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente hoje para apresentar dois projetos de lei análogos, mas importantes para fixar as aves símbolos de Mato Grosso do Sul e do Pantanal. Primeiro projeto: o projeto de lei que institui o Tuiuiú (Jabiru mycteria) como ave símbolo do Pantanal sul-mato-grossense, e dá outras providências. "Fica instituído o Tuiuiú (Jabiru mycteria) como ave símbolo



do Pantanal Sul-Mato-Grossense, em reconhecimento à sua relevância ecológica, cultural e turística para a região". Na verdade, senhor presidente, embora todos nós reconheçamos o Tuiuiú como símbolo do Pantanal, ele ainda não foi instituído por lei. O estado de Mato Grosso já o fez para o Pantanal Mato-Grossense, e, portanto, é necessário que também o reconheçamos por lei como a ave símbolo do nosso Pantanal. O outro projeto institui a arara-azul como ave símbolo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. "Artigo 1º - Fica instituída a arara-azul (nome científico: *Anodorhynchus hyacinthinus*) como ave símbolo oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, em reconhecimento à sua relevância ecológica, cultural e turística para o Estado". Esses são os dois projetos, senhor presidente. Ao mesmo tempo, apresento uma indicação à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, e ao doutor Maurício Simões Correia, secretário de estado de Saúde, solicitando, por cópias autônomas, a adoção das providências necessárias para a celebração de um convênio entre o município de Coxim e o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de viabilizar a aquisição de um veículo utilitário destinado à unidade de saúde PSF Santa Maria. A medida busca atender à crescente demanda por acompanhamentos domiciliares e ampliar os serviços prestados à população, garantindo maior eficiência e qualidade no atendimento, em conformidade com a solicitação apresentada pelo vereador Zanon Lamounier, conforme cópia anexa. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para encerrar o Pequeno Expediente, o deputado Zeca do PT. Mas, antes, pela ordem, eu queria fazer um registro desta data especial: hoje, 10 de dezembro, dia em que comemoramos o aniversário desta deputada combativa e atuante e que, tenho certeza, é motivo de orgulho para sua família e pelas lutas que realiza aqui no Parlamento e na política sul-mato-grossense. Parabéns, deputada Gleice Jane! Feliz aniversário e que Deus possa abençoá-la. Esse é o desejo de toda a Casa: sucesso, saúde e paz; o resto a gente corre atrás.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro, quero apresentar um requerimento desta Casa ao senhor superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando, com urgência, as seguintes informações: o Incra de Mato Grosso do Sul já realizou o levantamento dos lotes desocupados em assentamentos já existentes no estado, visando assentar novas famílias de agricultores? Caso a resposta à indagação anterior seja positiva, qual é a previsão para a retomada de lotes que estejam sendo utilizados para finalidades diversas, contrárias aos princípios da reforma agrária, como aqueles arrendados para plantio de lavoura de monocultura ou para utilização apenas como sítio de lazer? Senhor presidente, estou encaminhando este requerimento, submetendo-o a esta Casa, ao superintendente do Incra, dada a preocupação exclusiva que tenho ao visitar os assentamentos rurais de nosso estado — nas mais diversas regiões — e constatar inúmeros lotes desocupados, sendo usados clandestinamente ou não. Quando digo "ou não", refiro-me àqueles com contrato de gaveta, usados para sítio de lazer ou para plantio de soja por arrendatários, normalmente grandes fazendeiros. Esses lotes são vendidos ou transferidos para pessoas que os utilizam para lazer ou plantio de soja e milho. Isso desvirtua completamente a finalidade da implantação dos assentamentos e da reforma agrária em nosso estado. Portanto, urge que a superintendência do Incra tome providências a esse respeito. Essa é a razão pela qual apresento meu requerimento ao superintendente do Incra, que faz um trabalho extraordinariamente importante na implantação de novos projetos e na regulamentação e reestruturação do trabalho do Incra. Assim, é essencial que essa preocupação seja incorporada a esse trabalho — quantos lotes desocupados existem, e em mãos de quem estão esses lotes? —



para que seja feito um programa de reassentamento de novas famílias. Outra indicação, senhor presidente. Indicação deste Poder ao prefeito de São Gabriel do Oeste, com cópia ao superintendente do Incra, com urgência, solicitando que sejam envidados esforços para a implantação de uma sala da cidadania, para atender às demandas das famílias dos agricultores dos assentamentos Itaqui e Patativa, no município de São Gabriel do Oeste. A finalidade dessa sala seria o trabalho de atualização cadastral, emissão de declaração de assentados, guias de pagamento de crédito e outros serviços, em uma relação direta com a superintendência do Incra em nosso estado. Por último, uma indicação deste Poder ao governador Eduardo Côrrea Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer e ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Humberto de Melo Pereira, solicitando com urgência a viabilização de sementes e outros insumos agrícolas para as famílias dos assentamentos Itaqui e Patativa, em São Gabriel do Oeste, para garantir a continuidade da produção de frutas, mandioca, leite, entre outras atividades que garantam a subsistência dos assentados naquela região. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu quero dar uma contribuição aqui para o meu querido ex-governador deputado Zeca do PT. Os contratos de gaveta em assentamentos de Mato Grosso do Sul não são contratos de gaveta individuais. Existem contratos de gaveta em que uma pessoa possui dez lotes. Além de ter dez lotes, ele não tem como tomar conta de todos eles. Aí, o povo do MST vai lá, invade o lote e ele acaba perdendo. Tem uns dez casos aqui no município de Sidrolândia, em que uma pessoa tinha dez lotes, então o pessoal do MST invadiu um deles, que estava desocupado; e ele entrou na justiça, mas perdeu o lote. Então, Vossa Excelência está certo, porque, se for para entrar nos assentamentos e ver como eles estão, verá alguém que não recebeu o benefício do governo, que não recebeu dinheiro, mas simplesmente vendeu o lote por cinquenta mil reais, comprou um boteco, comprou qualquer coisa, e perdeu tudo; e agora está atrás de lote de novo. Isso aí tinha que ter uma regra: a pessoa não pode — existe isso no contrato — transferir, vender ou emprestar o lote emitido pelo governo federal, senão, a reforma agrária vira uma bola de neve: quanto mais lotes, mais gente aparece querendo lote para vender e não para produzir.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero incorporar a fala inteligente e oportuna do deputado Zé Teixeira, corroborando com a tese que levanto no requerimento, pedindo explicação do Incra acerca dos lotes desocupados e se há alguma programação do Incra estadual para a realocação de novas famílias nesses lotes desocupados ou arrendados com contrato de gaveta para terceiros usufruírem no plantio de soja e milho, ou, então, como sítio de lazer, o que é ainda pior. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Renato Câmara.



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Alems e pelas redes sociais. Senhor presidente, tenho aqui duas indicações e duas moções de pesar. A primeira delas é encaminhada ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando, em caráter de urgência, a manutenção da cabeceira da ponte sobre o córrego Viga, no município de Ribas do Rio Pardo. Trata-se de um pleito encaminhado pelos produtores e moradores rurais da região, que solicitam essa manutenção, porque estão correndo risco de vida. Tenho aqui várias fotografias da cabeceira, onde os carros precisam desviar. Se algum visitante dessa área ou alguém que não conhece a situação estiver transitando por ali, pode cair no buraco, o que pode ser fatal. Então, é importante e necessário que se faça uma contenção urgente. Eu mesmo vou ligar para o secretário, para que seja feita essa recuperação, principalmente agora, no final do ano — nem que seja paliativa — para evitar qualquer tipo de acidente. No mesmo sentido, senhor presidente, solicito ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, em caráter de urgência, a construção de uma ponte de concreto sobre o ribeirão das Botas, no acesso à BR-262, saída para Três Lagoas, a 30 KM de Campo Grande. Moradores da região — temos aqui um requerimento da Associação Comunitária de Mulheres do Assentamento Estrela, representada pela sua presidente — pedem essa benfeitoria alegando que são mais de oitocentas famílias que moram nessa região e precisam utilizar o transporte escolar, além de destacar a importância dessa infraestrutura para a logística da produção agropecuária de toda a região e o desenvolvimento turístico que está crescendo localmente. Esse é um investimento necessário para desenvolver toda essa região. Também apresento, senhor presidente, uma moção de pesar — atendendo ao Regimento Interno desta Casa, após ouvido o colendo Plenário — para ser encaminhada aos familiares do senhor João Francisco Chacaroski, falecido no dia 9 de dezembro de 2024. O senhor João, como era chamado, era morador de Ivinhema. Seu pai leva o nome da rodoviária de Ivinhema, sendo um pioneiro e uma pessoa muito benquista na nossa sociedade, que infelizmente nos deixou na data de ontem. No mesmo sentido, encaminho também uma moção de pesar aos familiares da senhora Antônia Salvadora Staut, falecida no dia 7 de dezembro de 2024. O endereço de encaminhamento é rua Ana Dias Garrido, nº 274, bairro Guiraí, também em Ivinhema. Mais uma pioneira que deixa sua história cravada no município de Ivinhema. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Thales Tomazelli, prefeito do município de Itaquiraí; do prefeito Jair Scapini, do município de Guia Lopes da Laguna; também da senhora Raquel Pereira Costa, presidente do Sindicato dos Auditores e Técnicos da Controladoria-Geral do Estado; do senhor José Antônio Fernandes, o Zezinho, vereador do município de Itaquiraí; e também do senhor Pedro Jovem dos Santos, presidente da Federação dos Pescadores de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, hoje, a partir das 14h, no Plenarinho desta Casa, a Comissão Permanente de Agricultura Familiar, Indígenas e Quilombolas, por solicitação do presidente da Federação das Colônias de Pescadores, estará realizando uma reunião com o objetivo de discutir o projeto do deputado Neno Razuk, com a presença de um representante da secretaria, determinado pelo amigo secretário Jaime Verruck. E eu gostaria de fazer um convite a esta Casa, particularmente ao deputado Neno Razuk, que é o autor do projeto, para que explique aos pescadores profissionais a intenção, o objetivo e as razões do projeto, que



nós respeitamos e entendemos como uma legítima apresentação. Eu gostaria de convidar com muito carinho a deputada Mara Caseiro, que é presidenta da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca; convidar o deputado Marcio Fernandes, que é o presidente da Comissão Permanente de Pesca, para que se façam presentes, além de todos os deputados. O deputado Pedrossian Neto já manifestou que estará presente. Convido todos os deputados, pois será um debate muito importante. Deputado Neno Razuk, convido Vossa Excelência com muito carinho para que possa nos explicar as razões legítimas que o levaram a apresentar o projeto. A reunião será às 14h, aqui no Plenarinho, com toda a estrutura que a Casa oferece, para que possamos dar a dimensão de um debate tão importante para o nosso estado como esse. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, eu gostaria de registrar, como anunciado esta semana, deputados Pedro Kemp e Zé Teixeira, que o governador anunciou o projeto de duplicação da BR-060, entre Campo Grande e Sidrolândia. Foi publicada pelo presidente do Dnit a Portaria nº 5671/2024. Estivemos juntos com o superintendente Euro Nunes e é importante saber: não é que foi anunciada a terceirização; foi anunciada a contratação, autorizada para o projeto, que vai detalhar quanto vai custar e como será a duplicação de Sidrolândia até Campo Grande. Assim que o projeto estiver pronto, o Dnit decidirá se será executado de forma própria ou terceirizada. Mas, a princípio, não há parceria com a iniciativa privada, nem é terceirização; é um projeto do próprio governo federal, deputado. A contratação do projeto deve custar entre seis e oito milhões de reais, e o trabalho será iniciado imediatamente. Então, eu anuncio com bastante otimismo, pois a rodovia BR-060 realmente precisa dessa intervenção. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, deputados e deputadas. Quero cumprimentar também a todos que estão presentes, em especial aos nossos representantes das colônias de pescadores que estão aqui. Eu tenho uma moção de congratulação que apresento ao cirurgião-dentista sul-mato-grossense Gilmar Trevisan, pela posse como Conselheiro Federal de Odontologia para o triênio de 2024 a 2027. A missão de promover a valorização da odontologia e garantir a excelência da profissão é uma tarefa de alta complexidade, motivo pelo qual a escolha de nomes capazes e progressistas é fundamental para que tais objetivos sejam alcançados. Diante disso, além de congratular nosso amigo Gilmar Trevisan, pela eleição, desejo-lhe sorte no exercício do mandato, com confiança e certeza de que Mato Grosso do Sul, com seus onze mil quatrocentos e quarenta e seis profissionais da saúde bucal, estará plenamente amparado para o enfrentamento dos desafios que lhes são diariamente impostos. Eu quero mais uma vez parabenizar o doutor Gilmar Trevisan, que é um grande profissional, de competência extraordinária, e que com certeza será muito importante como nosso representante no Conselho Federal de Odontologia. Também, senhor presidente, faço uma indicação ao governador do estado, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, Guilherme Alcântara, e ao presidente da Agesul, Mauro Azambuja, solicitando providências para a implantação de um sistema de drenagem na MS-223, no KM10, trecho que liga Costa Rica a Figueirão. Esse é um pedido formulado pela vereadora Rosângela Marçal, de Costa Rica. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nºs 4007/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 3979/2024). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 3984/2024). De autoria do deputado



Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 3906/2024, 03903/2024, 3904/2024, 3905/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 04011/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de lei (Prot. nº 3988/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: quatro projetos de lei (Prot. nºs 03993/2024, 03991/2024, 3990/2024, 3989/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: nove indicações (Prot. nºs 3981/2024, 3982/2024, 3983/2024, 03987/2024, 3986/2024, 4008/2024, 4009/2024, 04010/2024, 3980/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 4001/2024, 4002/2024); uma moção de apoio (Prot. nº 3998/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de lei (Prot. nº 3997/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 04004/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 3999/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nº 4000/2024, 3996/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 04005/2024, 4003/2024); um requerimento (Prot. nº 4006/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, a deputada aniversariante do dia, Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Está encerrado o Grande Expediente. Esta presidência consulta o senhor segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Estão os vinte e quatro deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar a presença da unanimidade dos deputados. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final, porque teve emendas, Projeto de Lei nº 220/2024. Autor: Poder Executivo. "Estima receita e fixa despesa do Estado de Mato Grosso do Sul." A redação final, depois de aprovado o projeto, foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 220/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 014/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 74/2024. "Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, e institui o abono salarial, nos termos que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o



deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (PRESIDENTE) (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiro, que cumprimentar o Barbosa, que está aqui presente, e o Bianco, representando o Sinpol, e destacar a importância desse projeto. Também quero agradecer mais uma vez ao presidente e à Mesa Diretora pela tramitação rápida desse projeto, que vem acrescentar ao salário dos policiais civis a incorporação da etapa de alimentação e promover um acréscimo aos aposentados que não a recebiam; isso representa mais de 8% do salário. Os policiais da ativa receberão em valores percentuais escalonados, além de mais algum percentual de reajuste, especialmente aos policiais especiais, que vão receber em torno de 5%, tanto investigadores, como escrivães, agentes de Polícia Judiciária e peritos papiloscopistas. Ainda há muita coisa a ser conquistada pelos policiais civis, pois sabemos da luta pela melhoria salarial, deputado Junior Mochi, para que chegue até o sexto salário, entre as carreiras policiais do Brasil todo. A Polícia Civil de Mato Grosso do Sul é eficiente, trabalha bem e é motivo de orgulho. Os números da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul são muito bons, então, precisamos efetivamente reconhecer e cada vez mais melhorar a questão salarial dos nossos policiais. O concurso foi anunciado pelo governador, o que também é importantíssimo, assim como a entrega de viaturas, equipamentos e armas. Mas hoje, especialmente, falamos dessa incorporação. Quero agradecer também aos colegas parlamentares que fizeram parte da comissão: deputados Renato Câmara e Pedrossian Neto, que estiveram conosco, detalhando e conversando com o governo. Agradeço também, claro, ao governo do estado, à Secretaria de Administração e à Secretaria de Governo, por terem encaminhado o projeto e cumprido o compromisso com a Polícia Civil. Vamos continuar trabalhando sempre por melhorias para a nossa Polícia Civil e pedir o voto dos colegas para que possamos concluir esse projeto, para que, a partir do ano que vem, esse recurso já esteja incorporado no salário dos nossos policiais. É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero apenas justificar o voto e dizer...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para justificar o voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero apenas me somar à fala do deputado Caravina. É extremamente importante a conquista da Polícia Civil com relação a esse abono, mas, obviamente, a luta continua, com outras questões importantes, para que possam atingir aquilo que pleiteiam, de fato: ser o sexto maior salário do país. Além disso, senhor presidente, eu queria apenas fazer uma lembrança: os policiais penais solicitaram que fosse criada uma comissão na Casa para o acompanhamento das discussões em relação ao plano de cargos e carreiras dos policiais penais. Portanto, venho aqui reforçar essa solicitação para que esta Casa determine a



criação de uma comissão para o acompanhamento das questões relativas aos policiais penais, no que tange à sua remuneração e ao seu plano de cargos e carreiras.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas, também, no mesmo sentido dos deputados Caravina e Junior Mochi, eu gostaria de ressaltar a importância de trazer esse benefício para a Polícia Civil, visto que são trabalhadores que cuidam da segurança e executam um trabalho de excelência no estado de Mato Grosso do Sul. Também quero lembrar, como mencionou o deputado Junior Mochi, a importância de debatermos diversos segmentos que estão conseguindo obter resultados de reajustes e incorporações, entre outros. Lembro ainda da Polícia Penal, que também precisa desse olhar, e já me coloco à disposição para fazer parte dessa comissão, para que possamos debater as melhorias que a Polícia Penal busca, principalmente a regulamentação de sua profissão. Obrigada, senhor presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria, com a permissão de Vossa Excelência, de cumprimentar o Barbosa, presidente do Sinpol. Barbosa, ao longo de toda a sua trajetória como policial e como presidente do sindicato, sempre tem trabalhado com muita vivência em defesa dos direitos de sua categoria. Na mesma linha dos meus colegas que nos antecederam, também parabeno e digo que é preciso que continuemos avançando, até porque a Polícia Civil, com todo o respeito, assim como todas as forças de segurança de Mato Grosso do Sul, é uma referência nacional. A Polícia Civil, como Vossa Excelência sabe, no quesito elucidação de crimes contra a vida, continua ranqueando como uma das primeiras do Brasil. Então, mais do que nunca, é preciso que reconheçamos o trabalho que essa categoria, há muito tempo, com muita alegria, dedicação e esforço, tem feito em defesa da nossa sociedade. Por isso, quero agradecer pelo espaço e parabenizar o trabalho que o Barbosa, juntamente com todos os integrantes da diretoria, tem feito em prol do Sinpol.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 014/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



- DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**
- DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**
- DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**
- DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**
- DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**
- DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**
- DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**
- DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**
- DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**
- DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**
- DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**
- DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**
- DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**
- DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**
- DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**
- DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**
- DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. O resultado será anunciado pelo segundo-secretário, e já quero adiantar que o resultado da votação demonstra o compromisso desta Casa com os pleitos da categoria. São muitos e, certamente, com diálogo e responsabilidade, seguimos avançando. Eu também quero parabenizar toda a diretoria do Sinpol, que está aqui presente. O resultado, senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, por unanimidade dos votos, vinte e três votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Não teve os vinte e quatro votos favoráveis porque, regimentalmente, eu não voto, mas pode contar conosco, Barbosa. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 016/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 230, de 9 de dezembro de 2016, nos termos que menciona, e dá outras providências, visando adequar o quantitativo de cargos por classe do cargo de auditor do estado, alterar a sua tabela remuneratória e ajustar dispositivos referentes ao desenvolvimento funcional dos servidores". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento também emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Quero registrar a presença de auditores que vieram acompanhar a votação, em especial a minha amiga de Sidrolândia, Cris, e a Roseli. Obrigado pela visita. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 016/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Parabéns, auditores! Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 234/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 57/2024. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.615, de 14 de dezembro de 2020, nos termos que especifica, para ajustar algumas de suas disposições às orientações do Comitê Gestor da Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico (Cogeb) e às sugestões apresentadas pela comunidade esportiva no decorrer de audiência pública". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda



Modificativa nº 01, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa nº 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 234/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 261/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 72/2024. "Acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.991, de 7 de julho de 2017, que autoriza a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab) a doar, com encargos, lotes de terreno de sua propriedade a beneficiários do Programa de Produção e Adequação Habitacional Integrada e Fomento ao Desenvolvimento Urbano do Estado". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, quero apenas dar uma sugestão, após conversa com os colegas: no painel eletrônico está a descrição do projeto de lei, e a gente tem no celular a descrição do projeto. Faço uma sugestão para a informática, para que possamos, pelo menos, colocar a ementa ali no painel. Isso facilitaria um pouco para os deputados se localizarem e verem a matéria que está sendo votada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Acho que a ementa do projeto já está determinada logo abaixo.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Talvez seja um ajuste do sistema, mas a determinação é essa, deputado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 261/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 262/2024. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei nº 5.143, de 27 de dezembro de 2017, nos termos que menciona, e dá outras providências, para que a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab) possa realizar novo procedimento de chamamento público destinado a selecionar Organização da Sociedade Civil (OSC)". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamentos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 262/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



- DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**
- DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**
- DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**
- DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**
- DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**
- DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**
- DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**
- DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**
- DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**
- DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**
- DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**
- DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**
- DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**
- DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**
- DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**
- DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**
- DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 7. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 265/2022. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a autorização de concessão de benefício fiscal com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 93, de 5 de novembro de 2001, e na Lei Estadual nº 4.049, de 30 de junho de 2011, aos estabelecimentos e às operações que especifica, e dá outras providências". Tem por finalidade autorizar a concessão de incentivo ou de benefício fiscal às indústrias do ramo alimentício, relativamente às operações de saídas internas e interestaduais com produtos alimentícios resultantes da atividade de fracionamento. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Quero aproveitar para cumprimentar, enquanto os deputados votam, o senhor André Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Mato Grosso do Sul; o senhor Tiago Vedana, vereador do município de Ponta Porã; o senhor Márcio Barbosa, o Marcinho, vereador do município de Coxim; e o senhor Jefferson Aislan, vereador também de Coxim. Obrigado pela presença na Casa da Democracia.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero aqui me manifestar — enquanto o pessoal vota — sobre uma pauta dos policiais penais. Acabo de receber uma informação de servidores preocupados porque foram convocados, após o plantão, a fazer hora extra obrigatoriamente, sob um regime bastante autoritário. Os servidores estão com medo de não cumprir essa regra; inclusive, não fazer plantão foi uma das atribuições do movimento como forma de fazer pressão. E aí, nós temos uma situação bastante caótica, com a ausência de servidores públicos para atender à demanda necessária dos presídios. Como resposta ao movimento e à reivindicação da categoria, tem aqui uma convocação para que os servidores permaneçam após o plantão para fazer hora extra. Isso me preocupa. Eu acho que o governo precisa rever essa situação. O diretor-presidente da Agepen foi quem fez o documento, e acredito que isso não está legal; está fora da legalidade a obrigatoriedade de que os plantonistas façam essa hora extra. Então, eu queria registrar essa situação e dizer que o governo do estado precisa dar respostas à luta da categoria, em vez de pressionar e amedrontar a categoria em torno disso, o que considero ilegal. Obrigada.

Projeto de Lei nº 265/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 8. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 266/2024. Autor: Poder Judiciário. "Modifica o Parágrafo 2º do artigo 21 da Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, para ampliar o número de juízes auxiliares, em razão do papel estratégico da Corregedoria-Geral de Justiça". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 266/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Eu queria dizer, antes da votação de requerimentos e indicações, que, pelo calendário, teremos sessão amanhã e depois. Precisamos do apoio nas comissões: CCJR amanhã e comissões de mérito, inclusive do Tribunal de Contas e do Executivo, nesta semana, para liberar o Plenário para o deputado Paulo Corrêa. Item 9. Três indicações e uma moção de aplauso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Não havendo moções de pesar, está encerrada a Ordem do Dia. Antes de encerrar, mais uma vez, quero registrar o aniversário da nossa querida deputada Gleice Jane. Parabéns! Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, solicito mais uma vez aos deputados empenho e dedicação nas comissões de mérito, lembrando que, na próxima semana, as comissões não funcionarão e os projetos seguirão o trâmite normal, com gabinetes abertos. Apenas o Plenário não funcionará. Está encerrada a presente Sessão. Obrigado (10h57min).